

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT10.053

O PERFIL PROFISSIONAL DO TRADUTOR/ INTÉRPRETE DE LIBRAS EDUCACIONAL DE UMA ESCOLA RURAL DO MUNICÍPIO DE CRATEÚS CEARÁ.

Antonio Wadan Gomes Cavalcante¹
Cibelle Eurídice Araújo Torres²

RESUMO

O presente trabalho propõe uma discussão acerca do perfil profissional dos tradutores/intérpretes de Libras lotados em uma escola rural do município de Crateús Ceará. Vale lembrar que esse estudo é fruto de um trabalho realizado em uma disciplina do curso de especialização em educação do campo durante o ano de 2021, que teve como objetivo perceber como acontecem a inclusão na educação rural. Esta pesquisa objetivou conhecer o perfil profissional dos intérpretes de Libras educacionais, ainda, buscou contrastar a realidade profissional com o que preconiza os dispositivos legais. Para tanto, os caminhos metodológicos percorridos se deram a partir de uma pesquisa com abordagem qualitativa com base em um estudo de caráter exploratório, bibliográfico e documental. No que diz respeito à coleta de dados, foi realizada com a aplicação de um questionário on-line com intérpretes com questões subjetivas em que nos oportunizou a percebermos o nível de formação profissional dos tilsp da escola-campo. Neste intento, serviu-nos de embasamento teórico, pesquisas que dialogam com os dois campos situacionais do trabalho, que são estudos postuladas por Diniz (2014) e Leite (2002). Por fim, concluímos que os tilsp da pesquisa possuem formação de nível superior, o que se questiona como problemática, neste caso, é se esta formação se alinha ao contexto da escola rural em que atuam.

Palavras-chave: Formação, Tradutor/intérprete, Escola Rural, Libras.

¹ Mestre em educação e docente da Universidade Estadual do Ceará, wadan.cavalcante@uece.br

² Mestre em teologia e docente EBTT do IFCE, cibelle.araujo@ifce.edu.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em abordar uma temática pertinente no âmbito educacional, de modo mais específico, permeando questões sobre a educação de surdos de uma comunidade rural do município de Crateús Ceará. Nesse pre-núncio, nosso campo de pesquisa são os intérpretes de Libras lotados em uma escola rural e que atende alunos surdos. As discussões em torno da inclusão e permanência de estudantes surdos nos espaços escolares é um tema que vem gerando debates em diversas áreas. Com efeito, acreditamos que seja necessário e profícuo discutirmos tal assunto dentro da educação do campo, visto que os sujeitos surdos permeiam diversos espaços sociais. Por isso, voltemos nossa atenção para os intérpretes de Libras que, diariamente, medeiam os processos comunicativos dentro da escola, os intérpretes.

Neste intento, em uma abordagem mais educacional, devemos, inicialmente, compreender que as escolas buscam priorizar a construção do conhecimento de cada aluno, seja ele ouvinte ou surdo. No caso dos alunos surdos da Escola em tela, os tradutores/intérpretes educacionais reforçam essa ideia, desde a alfabetização e o letramento do estudante até a aquisição da língua, com uma abordagem educacional pautada no protagonismo de cada sujeito. É necessário, portanto, definirmos os conceitos-chave que tangenciarão e situarão esta pesquisa e que balizarão nossas discussões ao longo deste trabalho. Faz-se necessário também conhecermos e entendermos as problemáticas que giram em torno desta pesquisa e o que nos levaram a buscar compreender questões inerentes a este tema.

O estudo está situado em duas grandes áreas: Educação Rural e a Profissionalização dos Tradutores/Intérpretes de Libras educacionais. O conceito e a definição do espaço geográfico de Escola Rural nos parecem ainda ser um campo confundido ou, até mesmo, desconhecido por aqueles que estão alheios aos processos educacionais, a grosso modo, há uma parcela de sujeitos que idealizam e projetam os processos e metodologias de ensino das escolas rurais nos mesmos moldes da educação urbana. Desse modo, nossa primeira intenção é distinguir cada modalidade/processo e definir, teoricamente, o que é a educação rural e, em seguida, contextualizar o trabalho dos tilsp³, um dos agentes propulsores da educação dos surdos.

3 Tradutor intérprete de língua de sinais e língua portuguesa .

Diante do exposto, este artigo se estrutura da seguinte forma: o resumo, que sintetiza a pluralidade de discussões desta pesquisa; a introdução que faz um apanhado genérico sobre o que será discorrido e os principais conceitos que serão abordados; o tópico Educação rural e urbana e o papel do tilsp, que abrange um campo de definição e os impactos, desafios e possibilidades da educação rural e urbana. Outro tópico que trazemos para nossa pesquisa é: O que a história nos conta sobre os surdos? Se faz necessário desenvolver essa discussão dentro do trabalho pois não há como se falar em educação de surdos, mesmo que de forma genérica, ou os sujeitos a ela associados, como os intérpretes, sem antes fazermos este resgate em uma dimensão de histórica para lembrar os fatos passados para não correremos os riscos de repetir os mesmos erros.

O tópico O congresso de Milão e seus desdobramentos, é um dos marcos mais negacionista na educação de surdos, discorrer sobre o que se decidiu neste congresso é rememorar um século de atraso para as pessoas surdas e para os profissionais que atuavam na educação de surdos; ainda o tópico, O intérprete de Libras no contexto da educação rural contextualiza toda nossa discussão e, talvez, esse seja o mote da pesquisa, não o objetivo, mas a situacionalidade do tilsp nesse contexto vasto e amplo que é a educação rural. O aporte teórico nos ajudará a embasar nosso pensamento, fundamentando questões e criando novas possibilidades de contribuições teóricas. A metodologia que mostrará como o trabalho se desenvolveu. A análise e discussão dos dados é a sessão onde faremos a concatenação dos achados da pesquisa através do questionário e, ainda, trazemos para esta sessão alguns autores que ratificaram nosso debate e, por último, a conclusão e referências.

EDUCAÇÃO RURAL E URBANA E O PAPEL DO TILSP

Sempre houve uma tentativa de levar e implantar no meio rural, a educação urbana, com uma perspectiva profissionalizante voltada ao trabalho industrial das grandes metrópoles, pouco se pensava no trabalho rural daqueles que viviam do/no campo, que tinham uma trajetória marcada no e pelo lugar. De certa forma, esse modelo de industrialização contribuiu para o desenvolvimento de uma perspectiva adotada até os dias de hoje, que é o de ver as práticas educacionais urbanas como sendo as melhores, as progressistas, porém, com

concepções descontextualizadas e que pouco discerne no estudante o interesse em aprender. De acordo com Leite (2002, p. 14),

A educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária conhecida popularmente na expressão: gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade (Leite, 2002, p. 14).

Na história e na memória, ainda temos marcas dessa ideologia elitista acentuada. Ainda que muitas delas estejam acortinados por trás dos documentos, percebemos esse tipo de entendimento reverberando no pensamento de muitos daqueles que vivem no campo, como se o próprio lugar de fala e de (re)existência fosse inferior, atrasado, rude sem perspectiva. Esse fato se dá justamente por termos sofrido, inicialmente, processos de aculturação, tanto linguísticos quanto cultural, de ver o lugar do outro como o melhor, de perceber que a educação urbana é melhor que a ofertada em comunidades rurais.

Em 2013, a resolução de nº 40/2011, criou um projeto dentro do PNL D-Campo, que visava a distribuição de material didático para as escolas rurais, material contextualizado até certo ponto, pois, em sua construção, não tinha participação dos sujeitos rurais, professores e comunidade, na criação do material, ainda assim, podemos considerar um avanço nos processos educacionais para o ensino e a aprendizagem dos sujeitos do campo. A educação rural é reflexo do currículo urbano, as particularidades vivenciadas no ambiente rural não são contempladas nos processos de ensino e aprendizagem. Assim, poderíamos conceber a educação rural como uma prática de ensino dotada de significações para vida dos educandos.

O fazer pedagógico deve dialogar com o dia a dia da comunidade, proporcionando ao estudante uma educação pautada no contexto em que a escola, os estudantes e a família conheçam e vivam nele, dele e para ele. Os saberes constituídos e apreendidos ao longo da vida escolar darão ao aluno discernimento de constituir-se como um sujeito preocupado com as relações sociais dentro da comunidade onde vive.

Por outro lado, a educação urbana aqui pensada se desdobra no direito assegurado pela constituição da república brasileira, que é o direito ao ensino formal em uma escola. A educação urbana, por conseguinte, se estrutura com base nas resoluções e leis de cunho nacional, com orientações que não se dis-

tinguem somente para uma região, mas para todo o país. Entretanto, os sistemas municipais e estaduais se alinham e promovem alterações em seus currículos visando ao desenvolvimento do estudante. Contudo, lembramos que a educação urbana é projetada também para o pleno desenvolvimento do estudante, porém com suas diretrizes, concepções e objetivos muito bem delineados, que é o de prover a “tecnização” do trabalho como modelo a ser tomado pelo novo documento que norteia, por exemplo, a educação básica, “O novo ensino médio”. Essa concepção mercadológica de venda da força de trabalho é reflexo de uma educação mercantilizada que pressupõe que os sujeitos necessitam apenas adquirirem técnicas para o trabalho.

Os posicionamentos evidenciados nesta pesquisa, de educação rural e urbana não visam macular a perspectiva dos modelos urbanos de ensino, não é o nosso objetivo, o que se busca é enfatizar e preconizar que o mesmo modelo estruturado para alunos que vivem nas grandes cidades não serve para os estudantes que não têm contato diário com as celeridades dos processos urbanos, ou seja, estão inseridos, pertencem e se manifestam em uma outra cultura, uma outra realidade, a da zona rural.

Ainda conceituando o campo que situa este estudo, nos voltemos para o profissional tradutor/intérprete de Libras, o tilsp. O tilsp, na educação dos estudantes surdos, é responsável por promover a acessibilidade e a inclusão do estudante. É o responsável pela mediação do processo: aluno x professor, professor x aluno, aluno x aluno e outras relações no contexto escolar. A literatura nos conta que os primeiros passos nesta profissão reconhecida pela Lei 12.319/2010, se deram ainda na antiguidade.

Com uma perspectiva assistencialista do profissional, os intérpretes visavam ajudar aos surdos nos mais variados espaços sociais, mas a sua epifania se deu, primeiramente, nas igrejas. Os intérpretes se dedicavam às liturgias sagradas promovendo a acessibilidade religiosa e, posteriormente, com o ingresso de alguns surdos na educação, houve a necessidade de ter alguém que também pudesse promover a inclusão no espaço escolar. Entra em cena, mais uma vez, os intérpretes com a função de assistencialistas que ajudavam aos surdos nas disciplinas do currículo escolar.

É importante destacar, nesta nova mudança de cenário, do litúrgico para o escolar, o processo de desconstrução da subjetividade dos intérpretes, processo esse que exigia do “profissional” conhecimento de estratégias e habilidades que

não fossem somente do âmbito litúrgico, mas de assuntos e conteúdos específicos das disciplinas que os surdos cursavam.

Ampessan; Luchi; Guimarães (2013, p. 12) nos dizem que:

Ressaltamos que, na realidade, uma mesma pessoa, o intérprete, permeia ou permeava dois espaços e, se tratando de espaços e situações distintas, não há como lidar da mesma forma. O intérprete que aprendeu a LIBRAS no espaço religioso para atuar na educação deve estar ciente de que estará assumindo um papel profissional, com atribuições específicas, nesse caso, a função de intermediar os conhecimentos dos professores por meio da língua de sinais para o surdo, e vice-versa (Ampessan; Luchi; Guimarães, 2013, p. 12).

Portanto, o intérprete educacional que atua em diferentes áreas, saúde, jurídica, educacional e religiosa precisa estar sempre se (re)construindo, a medida em que atua nesses diferentes espaços e sua capacidade técnica de interpretação demanda também a construção de uma nova subjetividade, subjetividade esta que impactará diretamente no ato da tradução da língua.

Por outro lado, é necessário que os espaços da educação rural também sejam capazes de desenvolver atribuições específicas que corroborem no desenvolvimento da aprendizagem do aluno surdo. Assumir a função com responsabilidade e ser conhecedor da realidade em que estará se inserindo. Responsabilidade também nos aspectos de imersão do estudante surdo na cultura surda de sua vivência, buscando se distanciar das abordagens urbanas que possam gerar no estudante uma espécie de ameaça e de aculturação. Não significa criar resistência e se opor em relação aos processos educacionais urbanos, mas respeitar e valorizar o espaço e as singularidades de cada sujeito.

OS DESDOBRAMENTOS ACERCA DA PESSOA SURDA AO LONGO DA HISTÓRIA

A Libras é um sistema linguístico pelo qual os surdos interagem com a comunidade surda e a ouvinte. A trajetória dos surdos, no Brasil e no mundo, sempre esteve relacionada as concepções de língua e de sua influência na sociedade ao longo dos tempos. É importante ressaltar o percurso histórico e social do surdo ao longo dos anos nas comunidades primitivas e seus desdobramentos. Com efeito, é sensato também considerarmos, nesse estudo, os protagonistas que balizaram a educação de pessoas com surdez, apesar das

dificuldades enfrentadas na época, sobretudo, daqueles que tiveram um papel fundamental no desenvolvimento social da comunidade surda.

Nos reportemos agora a Idade Antiga. Naquele período, por condicionarem os surdos como sujeitos que eram pessoas castigadas por Deus, enfeitçadas ou resultado de trabalho de bruxaria, eles eram imperdoáveis e descartados do convívio social. As marcas mais cruéis de extinção das pessoas com deficiência eram quase sempre as mesmas: jogadas ao rio, torturadas até a morte ou queimadas em fogueiras.

Caminhando mais um pouco neste percurso histórico, para os gregos, eles eram considerados inválidos, incapazes e, muitas vezes, jogados de rochedos e condenados à morte. Os que conseguiam sobreviver, se dedicavam ao trabalho braçal como escravos em moinhos e engenhos de produção agrícola. Já em outras sociedades, a saber: Egito e Pérsia, os surdos, tinham espaços privilegiados, eram considerados como sendo “os enviados especiais dos deuses”, havia uma cultura de que eles se comunicavam em silêncio com as divindades, por isso não falavam e viviam em silêncio absoluto.

Soares (1999) evidencia as diferentes compreensões filosóficas a respeito da pessoa com surdez. Em 355 a. C. Aristóteles apregoava que, sem a fala não poderia acontecer o desenvolvimento da linguagem e, certamente, também não haveria o pensamento, a audição e a fala que seriam os sentidos mais importantes para a comunicação humana, como também a cognição e a inteligência do homem. Sendo assim, aqueles que nasciam “surdo-mudo” eram incapazes e considerado aberração a escolarização de um surdo, por exemplo. Sócrates 360 a. C. já se assemelhava com a ideia de ensinar pessoas surdas e que eles eram capazes de aprender uma língua e se comunicarem através de expressões produzidas pelo corpo. Neste período, temos pequenos ensaios do início da escolarização dos surdos.

O filósofo Heródoto, que viveu em 470 a. C, rotulou os surdos como sujeitos castigados pelos deuses e que mereciam ser extintos da sociedade. No entanto, para Santo Agostinho, poderia haver comunicação entre os surdos através de uma língua própria que eles mesmos fossem capazes de desenvolver, se equiparando às línguas faladas pelos ouvintes. Dando outro passo nos acontecimentos históricos que marcam a trajetória das comunidades e da vida dos surdos, percebemos que, na Idade Média, a relação entre a religião e a educação era muito próxima em prol de interesses políticos e da própria igreja. Neste contexto, os surdos eram privados de todos os direitos. Para a igreja, eles não

podiam participar ativamente das liturgias, pois não sabiam falar. De acordo com Vagula (2014), os surdos eram:

Estigmatizados como incompetentes, pois acreditavam que sem a fala não se desenvolveria o pensamento; essa visão reforçava a ideia de que os surdos sendo incapazes de produzir a fala não tinham direitos legais, não podiam fazer testamentos e precisavam de um procurador para todos os seus negócios. Eram considerados incapazes de gerenciar seus atos, eram confundidos como retardados. (Vagula, 2014 p. 104)

Na Idade Moderna, percebemos um avanço a passos largos no que tange à aceitação do surdo na sociedade como uma pessoa capaz de desenvolver habilidades e capacidades de gerenciar as atividades do dia a dia, seus bens e sua vida, podendo até constituir família. Bartolo Della Marca D'Ancona (1501-1576), juntamente com o italiano Girolamo Cardano, dois médicos ensaístas na aquisição de língua pelos surdos, estes, por sua vez, evidenciaram que os surdos podiam aprender através de uma língua sinalizada e instruída, assim possibilitava a aquisição da leitura e da escrita, embora fosse um processo lento.

O primeiro professor de surdos que empregou o método do alfabeto manual foi Pedro Ponce de León (1510- 1584), considerado o precursor na educação de surdos na história, por desenvolver um alfabeto próprio da comunidade. Sua experiência teve início na educação de surdos da nobreza, logo depois começou a se estender aos mais pobres, sem acesso à educação. Os filhos da nobreza, precisavam ter domínio, pelo menos, da leitura e da escrita para receberem a herança da família. Os processos adotados por Pedro de León se balizavam no alfabeto manual, na escrita e na oralidade, sendo que o ensino acontecia individualmente. Vale lembrar que o ensino não tinha planejamento, a única intenção, o único objetivo era o de instruir os surdos.

Charles Michel de L'Épée (1712- 1789), também acastelava a ideologia de que o surdo poderia aprender da mesma forma como os ouvintes aprendiam. Seus trabalhos iniciais neste campo, aconteceram com duas irmãs surdas, os sinais ensinados eram mais de caráter religioso. No ano de 1760, L'Épée criou na cidade de Paris, uma escola para de Surdos-Mudos, o ensino era coletivo e, após 15 anos de fundação, o instituto contava com cerca de 70 alunos surdos estudando.

De acordo com Perlin (2000), após a Revelação Cultural, período em que os surdos começaram a ganhar espaço, já se podia perceber a presença de

pessoas surdas em vários contextos sociais, alguns ganhavam destaque como escritores e outros como artistas, desde a produção de artefatos culturais e, até mesmo, em telas. Foi nesse período glorioso que, no Brasil colônia, surgiu o INSTITUTO NACIONAL DA EDUCAÇÃO DE SURDOS (INES), em 1857, anteriormente nomeado de Imperial Instituto de Surdos-Mudos.

Alguns tiveram destaques dentro da comunidade surda no decorrer dos anos. Em 1875, Flausino José da Costa Gama, atuou como intérprete do INES e em seguida publicou um livro chamado de Iconografia dos Sinais dos Surdos-mudos, este objetivava disseminar a língua das pessoas surdas em todo o mundo. Em 1932, Antônio Pitanga, escultor surdo e pernambucano, se formou pela escola de Belas Artes, ganhou três prêmios por sua obra ganhar destaque no mundo. Em 1951, Vicente de Paulo Penido Burnier, foi ordenado padre, mas a igreja católica não permitia que surdos fossem padres, era necessário oralizar, desta forma, Vicente de Paulo teve de esperar 3 anos pela ordenação oficial e liberação do papa para então ingressar no clero e ter o direito de celebrar a eucaristia.

Em junho de 1855, Ernest Huest apresenta ao então Imperador D. Pedro II, um projeto, cujo objetivo era o de apresentar ao imperador a necessidade da construção de um estabelecimento com o intuito de ensinar as pessoas surdas (Vagula, 2014). Acatado o projeto de criação do instituto, as atividades tiveram início em 1º de janeiro de 1856, de forma privada. O programa de ensino incluía várias áreas do conhecimento, desde a língua portuguesa, estudos de matemática, história, geografia e outras disciplinas voltadas para o comércio e mercantil. Para Vagula (2014), o ingresso no instituto, necessitaria de que os alunos cumprissem alguns pré-requisitos.

O aluno deveria ter entre sete e dezesseis anos e apresentar certificação de vacinação. O curso tinha duração de seis anos, em função das características socioeconômicas do Brasil havia o foco no ensino agrícola. As mesmas regras eram para as meninas, além do compromisso de organizar uma sociedade beneficente, composta por senhoras notáveis (Vagula, 2014, p. 106).

Após a fundação do INES, outras escolas voltados para a educação dos surdos foram surgindo Brasil a dentro, a saber: Instituto de Santa Terezinha, este, estava atrelado a educação de meninas surdas em São Paulo, Escola de Concórdia, Escola de surdos de Vitória, Centro de Audição e Linguagem “Ludovico Pavoni” – CEAL/LP em Brasília/DF.

Em 1977 foi criada a FENEIDA – Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos, seus componentes eram pessoas ouvintes que se engajavam nas lutas da comunidade surda. Uma década depois, em 1987, a FENEIDA passou por um processo de reestruturação em sua organização, passando agora a se chamar FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos com sede no Rio de Janeiro. “A FENEIS é uma entidade filantrópica e não tem fins lucrativos, tem o objetivo social de contribuir com o desenvolvimento social das pessoas surdas, a FENEIS é umas das instituições com mais respaldo e mais procurada por pessoas que têm o interesse em aprender a Libras, interagir com a comunidade surda e se profissionalizar”, é que explica a professora Marisa Dias.

O movimento dos surdos no Brasil, deixou marcas de resistência ao longo de sua história, a persistência na busca de espaço social, educação e inserção no mercado de trabalho, são alguns exemplos. As associações de surdos, federações, pastorais, confederações, e outros, são alguns exemplos de entidades que levantam a bandeira para defenderem a causa em apoio à comunidade surda. Monteiro (2006), afirma que o surdo está presente em diversos espaços, mas a sociedade o torna invisível. “Há pessoas surdas em toda a parte do Brasil, porém, muitos surdos são invisíveis à sociedade, nos lugares comuns praças, bares, cinemas, clubes, nas associações de surdos, escolas, universidades, nas igrejas, etc”. (Monteiro, 2006, p. 280)

O INTÉRPRETE DE LIBRAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO RURAL

Um fator muito importante na vida de um estudante, sem dúvidas, é sentir-se parte do ambiente do qual esteja participando e se desenvolver social, cultural e cognitivamente. A educação dos sujeitos do campo, sobretudo, sujeito surdos que protagonizam suas vidas na comunidade, merece um olhar mais refinado. Ainda, é necessário refletirmos também acerca daqueles que participam do processo educacional dos sujeitos surdos, os intérpretes.

A função do intérprete de Libras, oficialmente, é algo ainda muito recente no Brasil se levarmos em consideração seu reconhecimento pela legislação. Porém, sob outro olhar, quando voltamos no tempo e na história, podemos perceber que essa prática de interpretação é bem antiga. Dias (2014), afirma que as primeiras traduções registradas e que se tem conhecimento aconteceram na

Torre de Babel, 560 a. C, como também nas traduções de textos sagrados feitos por São Jerônimo.

Quando pensamos em Libras, logo vem as seguintes perguntas: é uma sinalização, interpretação são mímicas ou gestos? é uma língua e como tal, respeita os parâmetros linguísticos de estruturação das sentenças. Com efeito, poderíamos pensar que qualquer pessoa seria capaz de sinalizar ou interpretar, até pode, porém, o trabalho do tilsp da educação rural vai muito além de somente interpretar uma aula quando pensamos a Libras em sua totalidade e, para além disso, quando entendemos que saber sinais é diferente de saber sinalizar.

É necessário que o profissional que atue junto a estas escolas desenvolva estratégias e habilidades para fazer com que o conhecimento seja, verdadeiramente, adquirido pelo estudante surdo. Podemos também salientar que é muito importante o papel da família junto a este processo, o apoio e o incentivo ajudam em muito o trabalho do intérprete.

Talvez, como problema nessa relação estudante da educação rural x intérprete, poderíamos imaginar os contextos de vivência de cada sujeito, pois, de um lado temos um estudante surdo que vive do/no/para o campo, do outro temos um intérprete que vive em uma realidade urbana totalmente distinta. Assim, qual é o perfil do tradutor/intérprete de Libras da escola rural?

METODOLOGIA

No que concerne aos aspectos de caracterização e contextualização da pesquisa, este trabalho endossa questões do campo da educação em que se busca refletir acerca da formação de tradutores/intérpretes de Libras do âmbito educacional. Dessa forma, propõe-se uma pesquisa com abordagem qualitativa, pois não objetiva quantificar resultados, mas compreender por meio de leituras, reflexões como deve ser o perfil de um intérprete de libras que atua em escolas rurais. Por se tratar de uma contribuição teórica no âmbito da qualificação desses profissionais, essa pesquisa busca agregar conceitos fundantes na dimensão dos estudos já realizados nesta área e que também objetivam dá visibilidade a esta importante discussão. Com vistas a tornar o tema em investigação mais familiar, esta pesquisa se vale de um estudo de caráter exploratório.

Fonseca (2002), define metodologia como sendo o processo a ser percorrido e a sistematização de um estudo, mostrando o passo a passo como os procedimentos devem ser desenvolvidos ao longo da pesquisa. É válido ressaltar

a importância que assume os procedimentos metodológicos bem definidos de uma pesquisa. Com base nisso, o pesquisador poderá desenvolver com mais qualidade o seu estudo. Esse trabalho, adota a abordagem qualitativa como pressuposto central para a sua realização, pois centra-se na compreensão e explicação de um fenômeno social. De acordo com Minayo (2007), a pesquisa qualitativa trabalha com o leque de significados, valores culturais, sociais e as relações humanas no campo da sociedade.

Como metodologia de geração e coleta de dados, foi elaborado um questionário versando sobre 6 perguntas que objetivaram angariar informações sobre a formação dos tradutores/intérpretes de Libras educacional, como também pesquisas de caráter bibliográfico e documental, tentando perceber, a partir de documentos oficiais sobre a profissão do tilsp, os requisitos básicos de formação para atuação na educação básica. A pesquisa de caráter bibliográfico é entendida, em consonância com Gil (2007, p. 44), como sendo o processo de investigação sobre o pensamento de teóricos que buscam e propõem a análise ou explicação de um problema.

Podemos definir então a pesquisa de caráter documental como sendo aquela que:

Trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (Fonseca, 2002, p. 32).

Após a tabulação das respostas informadas pelos tilsp em formulário eletrônico do google docs, foi realizado, na discussão dos dados, um contraste entre o perfil de formação dos intérpretes e o que legifera a Lei do intérprete educacional. Esse confronto nos ajudou a perceber qual é o perfil de formação desses profissionais e como eles estão atuando nos anos iniciais e finais do ensino fundamental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Abaixo, segue a tabela que expõe as respostas obtidas através de um questionário em formulário aplicado com os três profissionais que atuam na escola. Um dos profissionais tilsp, por motivos não justificados, não respondeu ao questionário, portanto, para nossa reflexão levaremos em consideração o que os dois tilsp responderam. A identificação dos participantes será feita da seguinte forma:

- T11 –Tradutor/Intérprete 1;
- T12 –Tradutor/Intérprete 2; e
- T13 –Tradutor/Intérprete 3. (Profissional que não obtivemos respostas)

O questionário versa sobre 6 perguntas subjetivas que objetivam angariar informações concretas sobre a formação, prática de atuação e o contexto de interpretação, como também serviu de fonte para gerar reflexões sobre o perfil profissional dos tilsp.

Tabela 1: Questionário.

PERGUNTAS
1. Você possui formação superior? qual?
3. Já passou por formação 2. Você possui cursos na área de libras ou de tradução/interpretação? Qual/quais e carga horária promovida pela secretaria de educação do município, crede 13, sindicatos, associações ou entidade similar? Se sim, qual?
4. A comunidade escolar (gestão, professores, família e funcionários) colaboram no/para o desenvolvimento de seu trabalho? De que forma? Você acha que precisa de mais subsídio para melhor desenvolver seu trabalho?
5. Há carência de formação para os tilsp vinculados a secretaria de educação do município? Como você percebe isso?
6. A escola oferece suporte didático de trabalho e oferece material pedagógico para desenvolver sua interpretação?

Fonte: próprio autor (2021).

Os dois intérpretes entrevistados responderam para o questionamento 1 que possuem pós-graduação em Libras. O artigo 4º da lei 12.319/2010 preconiza que:

Art. 4º - A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

- I - Cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;
- II - cursos de extensão universitária; e
- III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação (Brasil, 2010)

Levando em consideração a formação dos tilsp, conforme podemos observar, percebemos que eles possuem formação superior com especialização latu sensu em Libras. Porém se olharmos de forma mais cautelosa, a especialização em Libras não garante ao profissional desenvolvimento de competências e habilidades de tradução/interpretação. Geralmente, os cursos de pós-graduação em Libras, objetivam impulsionar o desenvolvimento de estratégias didático-pedagógicas para o trabalho com surdos. Talvez podemos considerar, nessas primeiras discussões, uma deficiência encontrada não no perfil dos tilsp, mas na atuação deles para aquele contexto que é o de tradução e interpretação e não de docência. Quando olhamos para o segundo ponto do questionário vislumbramos que:

Tabela 2: pergunta 2.

TI1 - “Sim, Introdução à Interpretação em Língua Brasileira de Sinais-160h. Curso básico de Conversação em Libras – 280 horas. Escrita da Língua de Sinais: Elementos Introdutórios – 50h. Formação de Tradutor e Intérprete de Libras- 340h. Curso de extensão em Libras Básico- 120h (FASBAM). Curso de Libras Intermediário-100h”.

TI2 - “Sim 120h a 180h”.

Fonte: próprio autor (2021).

Evidencia-se nas respostas dos participantes que a formação já se alinha ao que reza a legislação. Alguns aspectos, tais como: curso de formação de tradutores e intérpretes e cursos de extensão oferecidos por universidades já se enquadram no texto do artigo da Lei. O TI2, em suas respostas, não deixa claro como se deu a sua formação, apenas menciona carga horária em poucas palavras.

Conscientes de que o apoio e o incentivo das secretarias de educação e da escola na formação continuada de seus profissionais são de suma importância para impulsionar os resultados na aprendizagem dos estudantes, os pontos 3, 4 e 5 do questionário tendem a angariar informações dos participantes acerca

da atuação da secretaria e de outras entidades na oferta de formação continuada aos intérpretes.

Tabela 3: perguntas 3 a 5.

3. Já passou por formação promovida pela secretaria de educação do município, crede 13, sindicatos, associações ou entidade similar? Se sim, qual?

T11 - Sim, somente um, mas foi só de um dia e não teve certificação”.

T12 – “Não”

4. A comunidade escolar (gestão, professores, família e funcionários) colabora no/para o desenvolvimento de seu trabalho? De que forma? Você acha que precisa de mais subsídio para melhor desenvolver seu trabalho?

T11 – “Mais ou menos, eles “acham” que o aluno surdo é do intérprete, mas não são todos. Alguns tentam ensinar de forma que abranja o aluno surdo, perguntam como fazer para incluir o aluno na aula. Acredito que sim, pois de modo geral, ainda falta muito, para realmente haver inclusão, precisamos de mais material, de compreensão e também seria importante procurarem aprender a Libras! As famílias tem que ser mais presentes, cobrarem os direitos de seus filhos”.

T2 - “Mais ou menos. Com certeza”.

5. Há carência de formação para os tilsp vinculados a secretaria de educação do município? Como você percebe isso?

T11 - “Sim, pois não tem formação para os funcionários que exercem essa função”.

Fonte: próprio autor (2021).

Como respostas o T11 menciona que já fez formação por alguma das entidades citadas e ainda explica que não há formação ofertada pela secretaria para os profissionais desse campo. Podemos vislumbrar o mesmo discurso na fala do T12, quando explica que a escola e a secretaria não oferecem suporte para a execução plena das atividades de tradução e interpretação. Assim, elucidamos que é necessário o apoio dos diversos segmentos da educação na promoção de cursos profissionalizantes e que dialoguem com a realidade de atuação dos intérpretes, neste caso, cursos atrelados aos sujeitos que atuam no campo com estudantes que vivem na zona rural.

Construir, emancipar e incluir a educação no meio rural não é uma prática fácil, porém é possível, principalmente, quando pensamos em governos que fecham escolas do campos e escolas rurais, retiram direitos e desconstroem todo um legado que o povo do campo demorou anos para firmar. Talvez a carência de profissionais para a zona rural esteja também atrelada a essa visão de negação, de banalização, de não enxergar no sujeito surdo do campo o potencial de ser aprovado em um curso de nível superior culturalmente tido como “o melhor”.

Tomemos para reflexão agora o que discorre a última pergunta do questionário.

Tabela 4: pergunta 6.

6. A escola oferece suporte didático de trabalho e oferece material pedagógico para desenvolver sua interpretação?

T11 - "Mais ou menos! Tem alguns jogos, mas são poucos, a ajuda mesmo é em relação a xerox e alguma pesquisa".

T12 - "Não".

Fonte: próprio autor (2021).

Tendo em vista a semelhança entre as respostas e as perguntas enfatizadas, aqui faremos uma síntese reflexiva do que obtivemos dos tilsp como respostas. Esses pontos discorrem sobre a oferta de material e subsídio para o desenvolvimento das aulas. No item 6 o T11 esclarece que o material disponibilizado pela escola é apenas xerox e alguns jogos que não contribuem muito para o trabalho e que há uma contradição no papel do tilsp concebido pela escola que é o de responsabilizar o intérprete pela educação do estudante surdo. Em relação ao T12 a resposta é bastante objetiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos, parcialmente, esta pesquisa evidenciando que há muito o que ser melhorado no campo da educação dos surdos, desde aspectos macros que não foram o foco deste estudo como o ensino e a aprendizagem, até a formação e a atuação dos tradutores/intérpretes de Libras que atuam em escolas rurais. Contudo, elucidamos que grandes avanços tivemos em que um deles é a presença dos tilsp em sala possibilitando e promovendo a inclusão e a acessibilidade dos conteúdos ministrados, além de professores bilíngues, o que é uma raridade, mas existe.

Traçamos como objetivo deste trabalho, compreender o perfil profissional dos tradutores/intérpretes de Libras que atuam numa escola rural do município de Crateús. Atualmente, a comunidade é uma das que mais se tem registro de um grande número de pessoas surdas, muitas não escolarizadas. A escola conta com três profissionais tilsp que atuam junto aos estudantes surdos, que também são três, todos em séries diferentes.

Podemos perceber que os intérpretes que atuam na escola têm formação de nível superior, curso de pós-graduação e cursos de formação realizados por instituições privadas. Não podemos considerar, por conseguinte, que eles não têm formação, o que se pode discutir, neste caso, é se a formação desses profissionais se adequa ao contexto e a realidade em que eles desenvolvem seu trabalho, que é uma dimensão importante no quesito formativo, tanto do profissional quanto do aluno. Essa informação é percebida quando o T12 menciona que tem cursos de Libras de com uma carga horária extensa, porém ter cursos de Libras não significa estar apto a traduzir e interpretar, aqui reforço a ideia de que saber sinais é diferente de saber sinalizar. Já o T11 se mostra mais atualizado com cursos voltados para a interpretação e tradução, a escrita de sinais, mas isso ainda não é o bastante, é preciso pensar no sujeito para quem estamos trabalhando, o aluno surdo da escola rural.

Portanto, é preciso agir. Agir para que tornemos os sujeitos do campo, os surdos, pessoas capazes de se manifestar em sua cultura, se reconhecer como parte daquele lugar, se reconhecer como uma pessoa que possui fala, vez, voz, desejo e expressão. É preciso agir para não engrenarmos em um modelo de educação que põe um intérprete em sala numa escola rural e vislumbra aquilo como inclusão do sujeito surdo do campo da zona rural. É necessário pensarmos inclusão em todos os aspectos, desde a formação do tilsp que vai atuar com o estudante até o material que será utilizado. Por isso é preciso agir para não sermos coagidos.

REFERÊNCIAS

AMPESSAN, João Paulo; LUCHI, Marcos; GUIMARÃES, Juliana Sousa Pereira.

Intérpretes educacionais de Libras: orientações para a prática profissional. 1º ed. Florianópolis: DIOESC, 2013.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília, Presidência da República, Casa Civil, 2002.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Brasília, Presidência da República, Casa Civil, 2005.

BRASIL. Resolução/CD/FNDE nº 40, de 26 de julho de 2011. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/>

3463-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-40-de-26-de-julho-de-2011
Acesso em: 07 jun. de 2021

FONSECA, João José Saraiva da. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, Marisa Dias. Alfabetização e letramento com uso da LIBRAS nas crianças surdas. Revista Perquirere, 11(1): 144-165, jul. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MONTEIRO, Myrna Salerno. ETD. **Educação Temática Digital**. Campinas, v.7, n2, p. 292-302, jun. 2006.

PERLIN, Gladis. Identidade surda e currículo. In: LACERDA, C. B. F.; GÓES, M. C. R. (org.). **Surdez: processos educativos e subjetividade**. São Paulo: Lovise, 2000.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação de surdos no Brasil**. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

VAGULA, Edilaine. **Educação Inclusiva e Língua Brasileira de Sinais**. Londrina, UNOPAR, 2014.